



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**03/07/2013**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMARCAS.....	1
1.2. CONVÊNIOS.....	2 - 4
1.3. DECISÕES.....	5
1.4. SERVIDORES.....	6
1.5. TURMAS RECURSAIS.....	7
1.6. VARAS CRIMINAIS.....	8 - 10
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. CONVÊNIOS.....	11 - 12
2.2. DECISÕES.....	13 - 14
2.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	15
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. SERVIDORES.....	16
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. ASSESSORIA.....	17
4.2. DESEMBARGADORES.....	18
4.3. SEM ASSUNTO.....	19 - 20
4.4. VARAS CRIMINAIS.....	21
5. JORNAL EXTRA	
5.1. CONVÊNIOS.....	22
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. CONVÊNIOS.....	23 - 25
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. ASSESSORIA.....	26
7.2. CONVÊNIOS.....	27 - 29
7.3. DESEMBARGADORES.....	30
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. CONVÊNIOS.....	31
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. ASSESSORIA.....	32
9.2. CONVÊNIOS.....	33 - 34
9.3. DECISÕES.....	35
9.4. DESEMBARGADORES.....	36

## **COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DOS LOPES VAI PRIORIZAR PROCESSOS DA META 18**

O juiz Carlos Eduardo Coelho de Sousa, titular de Santo Antônio dos Lopes, baixou Portaria na comarca na qual recomenda à secretaria judicial prioridade aos processos da Meta 18 do Conselho Nacional de Justiça. Essa meta foi estabelecida no VI Encontro Nacional do Poder Judiciário, promovido pelo CNJ em novembro de 2012, em Aracaju.

---

**Pág. 3**

## **Sejap e TJ discutem ações para beneficiar sistema penitenciário**

O secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, discutiu, esta semana, com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), José Ribamar Fróz Sobrinho ações em benefício do sistema penitenciário maranhense, entre as quais a celebração de parceria entre os dois órgãos e abertura de vagas no sistema penitenciário.

## Sejap e TJ discutem ações para beneficiar sistema penitenciário

O secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, discutiu, esta semana, com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), José Ribamar Fróz Sobrinho ações em benefício do sistema penitenciário maranhense, entre as quais a celebração de parceria entre os dois órgãos e abertura

de vagas no sistema penitenciário.

Uchôa explicou que, até o final deste ano, por meio do Programa Viva Maranhão, será possível a abertura de 2 mil vagas. "Esse programa nos possibilita a contemplação de reformas, ampliações e construções de estabelecimentos penais no interior do Maranhão□.

## **ADVOGADOS A SERVIÇO DA JUSTIÇA TÊM PAGAMENTO MAIS RÁPIDO**

O Judiciário maranhense continua acessando o Sistema Informatizado de Pagamento de Honorários da Justiça Federal de 1º Grau. O serviço é válido para comarcas e termos onde não há varas federais e agiliza o pagamento de honorários de peritos e advogados dativos que atuam em processos de interesse da União, quando o caso envolver Assistência Judiciária Gratuita (AJG).

## VÍTIMA DE DESCARGA ELÉTRICA RECEBERÁ PENSÃO DA CEMAR



A Companhia Energética do Estado do Maranhão (CEMAR) terá que pagar pensão a uma menor de idade atingida por um choque elétrico em sua residência.

A decisão é da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O acidente foi provocado por uma dilatação de cabos de fio de alta tensão, que atingiram a sacada do imóvel onde a vítima reside.

A menor apresentou queimaduras de 2º e 3º graus e necessita de tratamento médico e cirurgia.

Para o desembargador Jamil Gedeon, relator do processo na câmara, por tratar-se de uma menor que não exerce atividade remunerada, ela necessitará de recursos financeiros para o restabelecimento da sua saúde. "É questão de Justiça o deferimento da ação indenizatória", afirmou Gedeon.

## **SERVIDORES DA 2ª VEP DE SÃO LUÍS REPUDIAM NOTÍCIA DO SINDJUS-MA**

Em nota, 15 servidores da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís repudiaram notícia produzida e divulgada pelo Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA), na qual afirmam que servidores estariam denunciando a falta de condições de trabalho da unidade jurisdicional.

## **TURMA RECURSAL DE BACABAL TERMINA 1ª REUNIÃO COM 77 PROCESSOS JULGADOS**

A Turma Recursal de Bacabal julgou 77 processos. Na reunião, a primeira sessão da TR, a Turma, que é formada pelos juízes Marcelo Silva Moreira, Luis Carlos Licar Pereira e João Paulo Mello (suplente convocado), julgou processos físicos e eletrônicos (PROJUDI).

## DESCLASSIFICAÇÃO

Nilton Carlos Ferreira França foi condenado no 1º Tribunal do Júri a quatro anos e seis meses de reclusão pelo crime de lesão corporal contra Reginaldo Pereira Marques. O crime ocorreu no dia 07 de agosto de 2005, por volta de 3h, em um bar na localidade Invasão do Morro, no bairro São Francisco, onde vítima e acusado, que eram amigos de infância, consumiam bebida alcoólica. O réu desferiu tiros de arma de fogo na vítima.

## RECLUSÃO POR ASSASSINATO

Pelo assassinato de Rosa Zélia Lopes Chaves, foi condenado a 12 anos de reclusão Rômulo Lopes Privado. O crime ocorreu em maio de 2004, no bairro São Francisco. A pena será cumprida em regime fechado no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Conforme a denúncia do Ministério Público, no dia 02 de maio de 2004, por volta das 23h, na Avenida Ana Jansen, Rômulo Lopes Privado agrediu Rosa Zélia Lopes Chaves com uma pedrada na cabeça e chutes no rosto e no corpo, causando-lhe a morte. Na época, ele era menor de 21 anos.

## MECÂNICO

O 2º Tribunal do Júri condenou a seis anos de reclusão o mecânico José Pinto Carvalho, conhecido como “Não é Mole”, 63 anos. Ele assassinou Antônio Costa, no dia 27 de abril de 2002, por volta das 23 horas, próximo a um bar na Vila Embratel.

Após discutir com o acusado porque este não lhe pagou uma dívida referente a consumo de bebidas, a vítima foi assassinada a facadas. Presente na sessão de julgamento, José Pinto Carvalho, confessou o crime. Ele é réu primário e não tem antecedentes criminais. O juiz Gilberto de Moura Lima, que presidiu o julgamento no último dia 24 de junho, concedeu ao réu o direito de recorrer da decisão em liberdade.

# Advogados a serviço da Justiça têm pagamento mais rápido

PÁGINA 3

# Advogados a serviço da Justiça têm pagamento mais rápido

O Judiciário maranhense continua acessando o Sistema Informatizado de Pagamento de Honorários da Justiça Federal de 1º Grau. O serviço é válido para comarcas e termos onde não há varas federais e agiliza o pagamento de honorários de peritos e advogados dativos que atuam em processos de interesse da União, quando o caso envolver Assistência Judiciária Gratuita (AJG).

A medida foi viabilizada por meio de convênio celebra-

do neste ano entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e a Justiça Federal, tendo como foco os processos de interesse da União, em especial nas áreas previdenciária e de execução fiscal, onde atuam juizes de Direito investidos de jurisdição federal delegada.

"A facilidade de acesso de juizes ao cadastro de profissionais da assistência judiciária gratuita da Justiça Federal permite remuneração mais rápida a advogados e

peritos a trabalho da Justiça", explica o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

No Maranhão, essa situação ocorre em 109 comarcas sem vara federal instalada. Apenas Imperatriz, Caxias e Bacabal possuem sedes da Justiça Federal. O serviço permite o cadastro de pessoas físicas e jurídicas para que atuem como advogados voluntários e dativos, peritos, tradutores e intérpretes.

Pedidos e autorizações

de pagamento de honorários - que antes eram viabilizados por meio de ofício da autoridade judiciária - são enviados hoje eletronicamente.

A escolha do perito ou defensor é feita pelo sistema, que indica o profissional que vai atuar no processo de forma igualitária. Noventa e oito por cento dos juizes estaduais utilizam a ferramenta de pagamento de honorários da Justiça Federal, que confirma o pagamento com base nas informações dos magistrados.

# Vítima de descarga elétrica receberá pensão da Cemar

PÁGINA 3

# ***Vítima de descarga elétrica receberá pensão da Cemar***

A Companhia Energética do Estado do Maranhão (CEMAR) terá que pagar pensão a uma menor de idade atingida por um choque elétrico em sua residência.

A decisão é da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O acidente foi provocado por uma dilatação de cabos de fio de alta tensão, que atingiram a sacada do imóvel onde a vítima reside. A menor apre-

sentou queimaduras de 2º e 3º grau e necessita de tratamento médico e cirurgia.

Para o desembargador Jamil Gedeon, relator do processo na câmara, por tratar-se de uma menor que não exerce atividade remunerada, ela necessitará de recursos financeiros para o restabelecimento da sua saúde. "É questão de Justiça o deferimento da ação indenizatória", afirmou Gedeon.



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUIS-MA.  
End: Avenida Carlos Cunha, s/n - Calhau  
Cep : 65076-820 - São Luis - Ma

### EDITAL DE CITAÇÃO E PAGAMENTO COM PRAZO DE 30 DIAS

PROCESSO Nº. 2493-16.2008.8.10.0001 (24932008)  
AÇÃO:EXECUÇÃO  
PARTE(S) REQUERENTE(S): AGROFERRAGENS LUIZAO LTDA  
PARTE(S) REQUERIDA(S): KMTECH ENGENHARIA E SERVICOS LTDA

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Gervasio Protasio dos Santos Junior,  
Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Sao Luis , Estado do  
Maranhão.

#### FINALIDADE

**FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica(m) **CITADO** a(s) parte(s) requerida(s), **KMTECH ENGENHARIA E SERVICOS LTDA**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para pagar no prazo de 03 (três) dias a importância de **R\$ 6.160,00 (seis mil cento e sessenta reais)**, e mais despesas jurídicas. Cientificando que o prazo para oferecer embargos à execução é de 15 (quinze) dias. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente **EDITAL**, que será fixado no lugar de costume, nos termos da petição inicial e despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe, a seguir transcrito **DESPACHO** : "Cite-se o executado por edital, conforme requerido à fl. 21, observando a Secretária às exigências contidas no artigo 3º, item IV, da Lei nº 6.830/80. Prazo: 30 (trinta) dias. Proceda-se a publicação no órgão oficial, uma só vez. Cumpra-se.São Luis-MA, 15 de março de 2011.O que se **CUMpra** nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de Sao Luis Estado do Maranhão, aos 21 de agosto de 2012. Eu, Renata Mônica Rodrigues da Silva, Secretário(a) Judicial, que fiz digitar, conferi e subscrevo.

  
Gervásio Protásio dos Santos Junior  
Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível

## REPÚDIO

# Servidores repudiam notícia do Sindjus-MA

Em nota, 15 servidores da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís repudiaram notícia produzida e divulgada pelo Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA), na qual afirmam que servidores estariam denunciando a falta de condições de trabalho da unidade jurisdicional.

De acordo com os servidores que assinam a nota, a notícia foi publicada de forma generalista, enquanto a denúncia teria sido feita por apenas uma servidora. "É extremamente lamentável que o Sindjus, em seu pronunciamento tenha afirma-

do que "SERVIDORES" da 2ª Vara de Execuções Penais da Capital, de forma generalista e sem o conhecimento da maioria, denunciaram falta de condições de trabalho, quando a verdade é que uma servidora denunciou", diz a nota.

"Esta declaração seria inaceitável nesse momento, principalmente porque a maioria dos servidores desta VEP lutou muito para conseguir a concretização dessa reforma e de todas as melhorias com ela conquistadas", declaram os servidores no documento. A nota de repúdio foi encaminhada ao Sindjus-MA.

## **Assessor-chefe**

O jornalista Antonio Carlos de Oliveira é o novo assessor-chefe de Comunicação da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

A nomeação foi anunciada ontem pelo presidente da Corte, desembargador Guerreiro Júnior.

Dono de boa formação e larga experiência, Antonio Carlos vai substituir o jornalista Reinaldo Barros, que morreu na semana passada.

- **O Tribunal** de Justiça deve apressar a eleição do novo desembargador, a ser escolhido por merecimento.

## Homem é condenado a 12 anos de reclusão por crime no São Francisco

Sessões dos tribunais do júri continuarão por todo este mês, para julgamentos de 61 réus

Pelo assassinato de Rosa Zélia Lopes Chaves, ocorrido em maio de 2004, no bairro São Francisco, o réu Rômulo Lopes Privado foi condenado a 12 anos de reclusão. A pena será cumprida em regime fechado no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. O acusado não compareceu ao julgamento, realizado na segunda-feira (1º), no 1º Tribunal do Júri de São Luís. A sessão foi presidida pelo juiz José dos Santos Costa, que expediu mandado de prisão do réu.

Conforme a denúncia do Ministério Público, no dia 2 de maio de 2004, por volta das 23h, na Avenida Ana Jansen, Rômulo Lopes Privado agrediu Rosa Zélia Lopes Chaves com uma pedrada na cabeça e chutes no rosto e no corpo, causando-lhe a morte. Na época, ele era menor de 21 anos. A defesa de Rômulo pediu a desclassificação do crime de homicídio para lesão corporal seguida de morte, mas o Conselho de Sentença decidiu que o acusado cometeu crime de homicídio qualificado, por motivo fútil e mediante recurso que dificultou a defesa da vítima.

**Relação** - Ainda este mês sentarão no banco dos réus, no Tribunal do Júri de São Luís, 61 acusados de homicídio ou tentativa de homicídio. Os julgamentos ocorrerão nas salas de sessões, localizadas no 1º andar do Fórum Desembargador Samey Costa, no Calhau, começando às 8h30, de segunda a sexta-feira. Entre as 46 vítimas há uma mulher. Haverá em média três julgamentos por dia.

No 1º Tribunal do Júri, além do julgamento de Rômulo Lopes Privado, realizado na segunda-feira, ontem foi a vez de Pedro Tharly Holanda, conhecido como *PC* ou *Poll*. Até o encerramento desta edição o resultado ainda não tinha sido divulgado. Hoje, o conselho volta a se reunir para julgar José Ailton dos Anjos Nogueira, o *Maluco*. No dia 9, serão julgados Florismar Henrique Pereira, Raimundo José Sousa da Silva Júnior e Wil Robson Castro da Silva; Leônidas Correa Lobão Filho será no dia 10 e Klerdnan Gleison Licar Mendes, no dia 11.

Serão submetidos a julgamen-

to também Rudinaldo Almeida Barbosa (dia 15); Paulo César Gomes de Sousa (16); Aldemir da Guia Pereira e Manoel do Espírito Santos Pereira (18); Leonel Costa Santos (22); Josilmar Moraes Lobo (23); Ismael Silva do Lago (24); Daniel Machado Araújo e Matusalém dos Santos Sousa (29); Jodomir Serra Santos e Edilson Silva Alves (30) e José de Ribamar dos Santos, o *Neguinho* (31).

**Sessões** - Já no 2º Tribunal do Júri, sentarão no banco dos réus Helson Jean Cardoso Macedo (8), Clemilton Santos Pinheiro (10), Raimundo Oliveira Soares (12), Almir Ferreira dos Santos Filho (15), Paulo Ricardo da Costa (17), Allan Kardeck Alves Martins (19), Paulo Maciel de Sousa Soeiro (22), José Raimundo dos Santos Macedo (24), Jardel dos Santos (26) e Jorge Victor Ferreira da Silva (29).

No último dia de julho (31), também no 2º Tribunal do Júri serão julgados Werlen Brito Nunes, Luís Augusto Pereira Andrade, Francisco Sousa do Nascimento e Cleyton de Jesus Viegas, por tentativa de homicídio contra Carlinho Ribeiro de Melo.

No 3º Tribunal do Júri, a primeira sessão do mês foi realizada ontem, com o julgamento de Hamilton de Jesus França dos Santos Sobrinho, acusado do assassinato de Sílvio Mário Almeida Sá, no dia 21 de novembro de 2010. Este mês serão submetidos a julgamento também José de Ribamar Pestana Filho (hoje); Carlos Alfredo Sodré Pinheiro (amanhã); José Ribamar Oliveira Silva (9); Flávio Garcia Moreira Saraiva (10); Henrique dos Santos Pereira Leite (18), Júlio César Veras Silva (23), Gilbson César Soares Cutrim Júnior (24), Antônio Moisanil Nogueira dos Santos (25), Welderson Reis da Cunha (30) e William Jeorge Fonseca de Maria (31).

Ainda no 3º Tribunal do Júri, sentarão no banco dos réus, na quinta-feira (11), Adelson Gusmão dos Santos, Alexandre Moraes Martins, André Aparecido Rodrigues, Gildenes Alves Viana, Genilson Pereira, Francivaldo Alves Conceição, Jabson Cardoso Lopes, Julielson Serra Castro, Vanilson Vieira Garcia e José de Ribamar Ribeiro Cabral. No dia 16 (terça-feira), serão julgados Carlindo Barros Chaves, Evandro Lucas Ferreira Nina e Sérgio Henrique dos Reis, e no dia 17 Arnaldo Barbosa Ferreira e Eliezer Cruz Vaz.

## Estado Maior

**OAB deve definir  
candidatos a  
desembargador** Política 3

## OAB definirá lista

**O** Conselho Seccional da OAB no Maranhão deverá definir, até a próxima semana, a lista sêxtupla da qual sairá o desembargador pelo Quinto Constitucional do Tribunal de Justiça. Nada menos que 18 advogados de carreira se candidataram, dos quais seis serão escolhidos para integrar a lista.

Há mais de um ano, o presidente do Tribunal de Justiça (TJ), desembargador Guerreiro Júnior, comunicara oficialmente ao presidente da OAB, Mário Macieira, de que estava aberta a vaga de desembargador destinada à instituição pelo Quinto Constitucional. Com isso, edital para inscrição de candidatos foi aberto, finalizado com 20 pretendentes a cadeira na mais alta corte de Justiça do estado.

Quando analisadas, duas das 20 candidaturas foram impugnadas pelo Conselho Seccional. O advogado Walney de Abreu Oliveira teve a candidatura contestada por não cumprir o requisito de 10 anos trabalhando na advocacia na justiça estadual. Contra o advogado Samir Murad, a alegação foi a de parentesco com a governadora Roseana Sarney.

Walney Oliveira e Samir Murad não aceitaram a impugnação das suas candidaturas e bateram às portas da Justiça. Depois, recorreram ao Conselho Federal da OAB. A instância superior da Ordem manteve a decisão local. Os candidatos têm ainda direito a embargos de declaração, mas a avaliação na OAB é a de que eles dificilmente terão êxito.

Na Seccional, o clima é o de que a decisão do Conselho Federal abriu definitivamente o caminho para a elaboração da lista sêxtupla, que o Tribunal de Justiça transformará, por eleição, em lista tríplice, que será encaminhada à governadora do Estado, a quem cabe a palavra final sobre quem será o novo desembargador.

O presidente Mário Macieira prevê convocar o Conselho Seccional na próxima semana, para a sessão em que os candidatos a desembargador serão sabatinados, após o que serão eleitos os seis nomes da lista.

## Secretário Sebastião Uchôa discute renovação de convênio

O secretário de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, se reuniu, na segunda-feira (1º), com representantes da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) de Pedreiras. Eles conversaram sobre a renovação de convênio envolvendo ações voltadas para os inter-

nos.

Presentes, também, a promotora de Execuções Penais de Pedreiras, Lana Cristina Peluzo; juíza da 2ª Vara de Pedreiras, Ana Gabriela Everton; e os secretários-adjuntos da Sejap, de Justiça, Ribamar Cardoso Lima, e o de e Estabelecimentos Penais, Fredson Maciel.

Na ocasião, Sebastião Uchôa falou que a Apac de Pedreiras deverá assumir a gestão penitenciária dos três regimes: aberto, semiaberto e fechado; e o Estado se responsabilizará pelos detentos provisórios.

A presidente da Apac de Pedreiras, Simone Barbosa, falou de satisfação com o in-

teresse da Sejap em aprimorar os serviços dos internos. Já a Juíza Gabriela Everton, da comarca de Pedreiras, destacou que os internos que se encontram na Apac dispõem de assistência médica, social, psicológica, jurídica e odontológica e ainda cursos de informática, capacitação profissional e educação básica.

## PARCERIA

# Sejap e TJ discutem ações para beneficiar sistema penitenciário

O secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, discutiu, esta semana, com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), José Ribamar Fróz Sobrinho ações em benefício do sistema penitenciário maranhense, entre as quais a celebração de parceria entre os dois órgãos e abertura de vagas no sistema penitenciário.

Uchôa explicou que, até o final deste ano, por meio do Programa Viva Maranhão,

será possível a abertura de 2 mil vagas. "Esse programa nos possibilita a contemplação de reformas, ampliações e construções de estabelecimentos penais no interior do Maranhão".

**PROJETOS** - Há planos para ampliar unidades por meio de ações articuladas entre as Secretarias de Estado Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) e a de Segurança Pública (SSP). O secretário Sebastião Uchôa falou sobre a impor-

tância do estreitamento de laços com o poder judiciário. "A aproximação é de vital importância".

Sobre as ações por parte do poder judiciário no intuito de favorecer o sistema prisional, Fróz Sobrinho afirmou que investimentos estão sendo realizados para que os juízes possam julgar, de forma mais célere, os processos dos presos. Entre os investimentos, a criação de Varas de Execuções Penais.

Para reforçar a parceria,

O T deverá integrar o trabalho itinerante que a Sejap tem feito nas unidades do interior do Maranhão para reforçar a ressocialização de apenados. "Acertamos o cronograma para que as equipes trabalhem em conjunto nas visitas aos apenados do interior, visando garantir assistência jurídica aos internos justamente para diminuir a lotação nas unidades prisionais", disse o desembargador.

## PLANEJAMENTO

# Secretário Sebastião Uchôa discute renovação de convênio



**Sebastião Uchôa e demais autoridades discutem renovação de convênio**

O secretário de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, se reuniu, na segunda-feira (1º), com representantes da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) de Pedreiras. Eles conversaram sobre a renovação de convênio envolvendo ações voltadas para os internos.

Presentes, também, a promotora de Execuções Penais de Pedreiras, Lana Cristina Peluzo; juíza da 2º Vara de Pedreiras, Ana Gabriela Everton; e os secretários-adjuntos da Sejap, de Justiça, Ribamar Cardoso Lima, e o de Estabelecimentos Penais, Fredson Maciel.

Na ocasião, Sebastião Uchôa falou que a Apac de Pedreiras deverá assumir a gestão penitenciária dos três regimes: aberto, semiaberto e fechado; e o Esta-

do se responsabilizará pelos detentos provisórios. "Essa é a maneira que nós temos de levarmos um total de 150 presos condenados da região de Pedreiras uma esperança de um modelo de gestão com ressocialização e que venha evitar qualquer tipo de incidente penitenciário".

A presidente da Apac de Pedreiras, Simone Barbosa, falou de satisfação com o interesse da Sejap em aprimorar os serviços dos internos. Já a Juíza Gabriela Everton, da comarca de Pedreiras, destacou que os internos que se encontram na Apac dispõem de assistência médica, social, psicológica, jurídica e odontológica e ainda cursos de informática, capacitação profissional e educação básica. "O nosso grande objetivo é a ressocialização".

## • Pagamento

O Judiciário maranhense continua acessando o Sistema Informatizado de Pagamento de Honorários da Justiça Federal de 1º Grau. O serviço é válido para comarcas e termos onde não há varas federais e agiliza o pagamento de honorários de peritos e advogados dativos que atuam em processos de interesse da União, quando o caso envolver Assistência Judiciária Gratuita (AJG). A medida foi viabilizada por meio de convênio celebrado neste ano entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e a Justiça Federal, tendo como foco os processos de interesse da União, em especial nas áreas previdenciária e de execução fiscal, onde atuam juízes de Direito investidos de jurisdição federal delegada.

## • Serviço

No Maranhão, essa situação ocorre em 109 comarcas sem vara federal instalada. Apenas Imperatriz, Caxias e Bacabal possuem sedes da Justiça Federal. O serviço permite o cadastro de pessoas físicas e jurídicas para que atuem como advogados voluntários e dativos, peritos, tradutores e intérpretes. Pedidos e autorizações de pagamento de honorários - que antes eram viabilizados por meio de ofício da autoridade judiciária - são enviados hoje eletronicamente. A escolha do perito ou defensor é feita pelo sistema, que indica o profissional que vai atuar no processo de forma igualitária. Noventa e oito por cento dos juízes estaduais utilizam a ferramenta de pagamento de honorários da Justiça Federal, que confirma o pagamento com base nas informações dos magistrados.

## Novo assessor do TJMA

O jornalista, mestre em Comunicação na Universidade Autônoma de Puebla (México), Antonio Carlos de Oliveira (**foto**), foi nomeado como assessor-chefe de Comunicação da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).



# Presídios do estado abrirão 2 mil vagas

URBANO

**CARCERAGENS**

# Duas mil novas vagas para o sistema prisional

Pesquisa sobre o Sistema Prisional Brasileiro confirma déficit de vagas em presídios maranhenses, mas novas vagas serão abertas até o fim deste ano

SANDRA VIANA

**A**té o fim de 2013, por meio do Programa Viva Maranhão, será possível a abertura de 2 mil vagas para o sistema carcerário do estado. A medida foi discutida entre o secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), José Ribamar Fróz Sobrinho, assim como ações em benefício do sistema penitenciário maranhense, entre as quais a celebração de parceria entre os dois órgãos.

Uchôa explicou que, até o fim deste ano, com o Programa Viva Maranhão, será possível a abertura de 2 mil vagas. "Esse programa nos possibilita a contemplação de reformas, ampliações e construções de estabelecimentos penais no interior do Maranhão".

Há planos para ampliar unidades por meio de ações articuladas entre as secretarias de Estado de Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) e a de Segurança Pública (SSP). O secretário Sebastião Uchôa falou sobre a importância do estreitamento de laços com o poder judiciário. "A aproximação é de vital importância".

Sobre as ações por parte do Poder Judiciário no intuito de favorecer o sistema prisional, Fróz Sobrinho afirmou que investimentos estão sendo realizados para que os juízes possam julgar, de forma mais célere, os processos dos presos. Entre os investimentos, a criação de Varas de Execuções Penais.

Para reforçar a parceria, O TJ deverá integrar o trabalho itinerante que a Sejap tem feito nas unidades do interior do Maranhão para reforçar a ressocialização de apenados. "Acertamos o cronograma para que as equipes trabalhem em conjunto nas visitas aos apenados do interior, visando garantir assistência jurídica aos internos justamente para diminuir a lotação nas unidades prisionais", disse o desembargador.

## Pesquisa

Faltam 146 mil vagas no sistema prisional brasileiro, número que representa 48% de déficit e que confirma a superlotação dos presídios brasileiros. O país tem capacidade para 302.422 presos, mas abriga 448.969. Os dados constam do relatório "A Visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional Brasileiro", elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O estudo é anual e foi divulgado na última quinta-feira, no IV Encontro Nacional do Sistema Prisional. A pesquisa, realizada por estado, consiste na visita mensal de equipes do MP aos presídios para coleta de informações que irão compor o relatório. Um total de 1.598 estabelecimentos foi inspecionado para a pesquisa, sendo 299 no Nordeste e três no Maranhão. No estado, há uma população de 5.800 presos e um déficit de 2.400 vagas, ou 41%, segundo a Secretaria de Estado de Justiça e Adminis-

tração (Sejap).

Para o promotor Pedro Lino Silva Curvelo, titular da 2ª Promotoria de Execução Penal, o relatório do CNMP soma na execução de medidas e projetos, mas não aponta um retrato fiel do sistema prisional no país. "Não foram computadas informações dos presos abrigados nas delegacias pelos interiores", ressaltou. Para ele, estes dados devem ser objeto de atualização a ser elaborado pelo CNMP em breve espaço. A avaliação que se faz desse relatório é que, pela primeira vez, a sociedade vai poder contar com dados referenciais do sistema prisional extraídos da verificação in loco, disse. "Dessa forma, vai permitir o conhecimento fiel da real situação das carceragens no Brasil", resalta. O benefício se-

ria auxiliar o Ministério Público no acionamento do poder público para as ações da área de execução penal.

A partir dos dados, a instituição vai atuar visando adoção de medidas que visem à redução do déficit carcerário, melhoria das instalações físicas e, principalmente, buscando a ressocialização do preso nos moldes traçados pela Lei de Execução Penal, explica o promotor. O promotor resalta ainda que o relatório é um importante instrumento de identificação da demanda para que se trabalhe a busca da solução dos problemas no sistema. "A má execução penal impede o processo de ressocialização do preso e, por consequência, dificulta o retorno dele ao convívio social e familiar, que repercute ao estado e à sociedade", conclui.

## Secretário defende ressocialização

Para o secretário da Sejap, Sebastião Uchôa, o relatório do CNMP reflete a realidade do sistema penitenciário brasileiro. As reincidências criminais e a falta de políticas de ressocialização, estrutura física deficiente, a superlotação são algumas das causas dos problemas no sistema, aponta o secretário da Sejap. Ele cita ainda a necessidade de efetivar a política de ressocialização prevista na Lei de Execução Penal (LEP) por meio da Associação de Proteção as Condenados (APAC).

Os resultados do relatório servirão de ferramenta para corrigir os erros da gestão penitenciária

no Maranhão, destaca Sebastião Uchôa. Entre as medidas, o secretário anunciou um planejamento estratégico para execução de projetos como ampliação do parque penitenciário, descentralização administrativa, reformas nas unidades, implantação do primeiro Centro de Classificação e Triagem na capital e da primeira Escola de Formação Penitenciária. A reportagem procurou ainda a assessoria de comunicação do CNMP. O órgão informou que os dados são reunidos anualmente, a partir de avaliação mensal e servem como mais um meio para orientar gestores na promoção de ações.



Não foram computadas informações dos presos abrigados nas delegacias pelos interiores

**Pedro Lino Silva Curvelo,**  
promotor



Esse programa nos possibilita a contemplação de reformas, ampliações e construções de estabelecimentos penais no interior do Maranhão

**Sebastião Uchôa,**  
secretário da Sejap

#### ▶ Saiba mais

## Sistema penitenciário

Não só a superlotação, mas uma série de problemas assola o sistema penitenciário no país. Segundo aponta o relatório, a maioria dos estabelecimentos não separa presos provisórios de definitivos (79%), presos primários dos reincidentes (78%) e os conforme a natureza do crime ou por periculosidade (68%). Entre março de 2012 e fevereiro de 2013, nas prisões inspecionadas, foram registradas 121 rebeliões e 769 mortes. Houve apreensão de droga em 40% dos locais inspecionados e foram registradas mais de 20 mil fugas, evasões ou ausência de retorno após concessão de benefício. Paralelamente, houve recaptura de 3.734 foragidos. Um total de 79% não sepa-

ram presos provisórios de definitivos; 67% não separam por regimes diferentes; 78% não separam primários dos reincidentes; 68%, não separam por periculosidade ou delito; e 65% não separam por facções criminosas, presentes em 17%. Entre março de 2012 e fevereiro deste ano, foram 121 rebeliões com 23 reféns. Outros números referem às mortes (769), sendo 110 homicídios e 83 suicídios; às fugas, 20.310; apreensão de drogas em 40% dos presídios. Ainda, 60% não contam com biblioteca; espaço para esportes em 47%; e para banho de sol em 10%. A pesquisa não especifica os números por Estado, mas por meio de perguntas com respostas positivas ou negativas.



de déficit de vagas no Brasil



de déficit de vagas no Maranhão

## **Vaga de advogado no TJ (1)**

*Agora vai. Só falta a OAB-MA marcar a sessão de seu conselho, para definir a lista sêxtupla de advogados que será enviada ao Tribunal de Justiça, a que reduzirá a tríplice, e a governadora Roseana Sarney, enfim, possa escolher o novo desembargador do Maranhão. Com isso, os demais concorrentes acham que a disputa ficou mais equilibrada.*

## **Vaga de advogado no TJ (2)**

*O Conselho Federal da Ordem negou o recurso de Samir Murad contra a decisão da seccional maranhense sobre o indeferimento de sua candidatura. A vaga de desembargador no TJ está aberta desde 2010, mas a OAB indeferiu o registro de Samir, alegando o grau de parentesco com a governadora. Afinal, é ela quem nomeia o magistrado.*

## Em Pedreiras

# Secretário Sebastião Uchôa discute renovação de convênio

O secretário de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, se reuniu, nesta segunda-feira (1º), com representantes da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) de Pedreiras. Eles conversaram sobre a renovação de convênio envolvendo ações voltadas para os internos.

Presentes, também, a promotora de Execuções Penais de Pedreiras, Lana Cristina Peluzo; juíza da 2ª Vara de Pedreiras, Ana Gabriela Everton; e os secretários-adjuntos da Sejap, de Justiça, Ribamar Cardoso Lima, e o de Estabelecimentos Penais, Fredson Maciel.

Na ocasião, Sebastião Uchôa falou que a Apac de Pedreiras deverá assumir a gestão penitenciária dos três regimes: aberto, semiaberto

e fechado; e o Estado se responsabilizará pelos detentos provisórios. "Essa é a maneira que nós temos de levarmos um total de 150 presos condenados da região de Pedreiras uma esperança de um modelo de gestão com ressocialização e que venha evitar qualquer tipo de incidente penitenciário".

A presidente da Apac de Pedreiras, Simone Barbosa, falou de satisfação com o interesse da Sejap em aprimorar os serviços dos internos. Já a Juíza Gabriela Everton, da comarca de Pedreiras, destacou que os internos que se encontram na Apac dispõem de assistência médica, social, psicológica, jurídica e odontológica e ainda cursos de informática, capacitação profissional e educação básica. "O nosso grande objetivo é a ressocialização".

## Comunicação do TJMA tem novo assessor-chefe



**Guerreiro Júnior anuncia Antônio Carlos como  
assessor-chefe da Secom do TJMA**

O jornalista Antonio Carlos de Oliveira é o novo assessor-chefe de Comunicação da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

A nomeação foi anunciada pelo presidente da Corte, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, durante reunião com diretores do órgão, no núcleo administrativo do Judiciário, no bairro da Alemanha.

Com 34 anos de exercício profissional, Antonio Carlos é formado em jornalismo pela Unisinos (Rio Grande do Sul). Tem Especialização na Universidade Javeriana de Bogotá (Colômbia) e Mestrado em Comunicação na Universidade Autônoma de Puebla (México). Ex-repórter da

revista Sem Fronteiras (Brasil/Itália) e do jornal Zero Hora (Porto Alegre/RS), foi assessor de imprensa da CNBB e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

No ato da nomeação, o presidente ressaltou que a escolha do novo assessor foi feita pelo empenho, responsabilidade e o compromisso com que o jornalista desenvolve suas atividades profissionais no Judiciário desde 2010. Antonio Carlos Oliveira coordenará uma equipe com profissionais da área de jornalismo, radialismo, publicidade e relações públicas. Ele substitui o amigo e jornalista Reinaldo Barros, que faleceu vítima de infarto, no último dia 23 de junho.

# Secretário Sebastião Uchôa discute renovação de convênio

O secretário de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, se reuniu, na segunda-feira (1º), com representantes da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) de Pedreiras. Eles conversaram sobre a renovação de convênio envolvendo ações voltadas para os internos.

Presentes, também, a promotora de Execuções Penais de Pedreiras, Lana Cristina Peluzo; juíza da 2ª Vara de Pedreiras, Ana Gabriela Everton; e os secretários-adjuntos da Sejap, de Justiça, Ribamar Cardoso Lima, e o de e Estabelecimentos Penais, Fredson Maciel.

Na ocasião, Sebastião Uchôa falou que a Apac de Pedreiras deverá assumir a gestão penitenciária dos três regimes: aberto, semiaberto e fechado; e o Estado se responsabilizará pelos detentos provisórios. "Essa é a maneira que nós temos de levarmos um total de 150 presos condenados da região de Pedreiras uma esperança de um modelo de gestão com ressocialização e que venha evitar qualquer tipo de incidente penitenciário".

A presidente da Apac de Pedreiras, Simone Barbosa, falou



CLAYTON MONTELES

Secretário Sebastião Uchôa e demais autoridades discutem renovação de convê

de satisfação com o interesse da Sejap em aprimorar os serviços dos internos. Já a Juíza Gabriela Everton, da comarca de Pedrei-

ras, destacou que os internos que se encontram na Apac dispõem de assistência médica, social, psicológica, jurídica e odontológica

e ainda cursos de informática, capacitação profissional e educação básica. "O nosso grande objetivo é a ressocialização".

## ***Advogados a serviço da Justiça têm pagamento mais rápido***

O Judiciário maranhense continua acessando o Sistema Informatizado de Pagamento de Honorários da Justiça Federal de 1º Grau. O serviço é válido para comarcas e termos onde não há varas federais e agiliza o pagamento de honorários de peritos e advogados dativos que atuam em processos de interesse da União, quando o caso envolver Assistência Judiciária Gratuita (AJG).

A medida foi viabilizada por meio de convênio celebrado neste ano entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e a Justiça Federal, tendo como foco os processos de interesse da União, em especial nas áreas previdenciária e de execução fiscal, onde atuam juízes de Direito investidos de jurisdição federal delegada.

“A facilidade de acesso de juízes ao cadastro de profissionais da assistência judiciária gratuita da Justiça Federal permite remuneração mais rápida a advogados e peritos a trabalho da Justiça”, explica o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

No Maranhão, essa situação ocorre em 109 comarcas sem vara federal instalada. Apenas Imperatriz, Caxias e Bacabal possuem sedes da Justiça Federal.

O serviço permite o cadastro de pessoas físicas e jurídicas para que atuem como advogados voluntários e dativos, peritos, tradutores e intérpretes.

Pedidos e autorizações de pagamento de honorários – que antes eram viabilizados por meio de ofício da autoridade judiciária – são enviados hoje eletronicamente. A escolha do perito ou defensor é feita pelo sistema, que indica o profissional que vai atuar no processo de forma igualitária. Noventa e oito por cento dos juízes estaduais utilizam a ferramenta de pagamento de honorários da Justiça Federal, que confirma o pagamento com base nas informações dos magistrados.

## *Pensão da Cemar*

A Companhia Energética do Estado do Maranhão (CEMAR) terá que pagar pensão a uma menor de idade atingida por um choque elétrico em sua residência.

A decisão é da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do

Maranhão (TJMA). O acidente foi provocado por uma dilatação de cabos de fio de alta tensão, que atingiram a sacada do imóvel onde a vítima reside. A menor apresentou queimaduras de 2º e 3º graus e necessita de tratamento médico e cirurgia.

Para o desembargador Jamil Gedeon, relator do processo na câmara, por tratar-se de uma menor que não exerce atividade remunerada, ela necessitará de recursos financeiros para o restabelecimento da sua saúde. “É questão de Justiça o deferimento da ação indenizatória”, firmou Gedeon.

### ■ Samir fora do páreo

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, negou, na última segunda-feira (01), o recurso do advogado Samir Murad, cunhado de Roseana Sarney, que pretendia concorrer à vaga de desembargador no Tribunal de Justiça pelo chamado quinto constitucional da OAB.

Ele teve sua candidatura negada pelo Conselho Seccional da OAB Maranhão, com empenho pessoal do presidente Mário Macieira, que conduziu o processo e convenceu o Conselho Seccional que a candidatura de Samir Murad, pelo fato de ser cunhado de Roseana Sarney, caracterizaria 'flagrante nepotismo', e que por isso fora indeferida.

Samir recorreu ao Conselho Federal da OAB contra o indeferimento de seu nome, mas os 27 conselheiros federais negaram o recurso, e reconheceram que sua candidatura seria nepotismo, pois ele poderia ser nomeado pela própria cunhada governadora.